

REQUERIMENTO

(Da Sra. Luiza Erundina)

Requer a realização, no âmbito da Comissão de Legislação Participativa, de Sessão de Audiência Pública para debater as propostas de alteração da legislação de recursos hídricos sugeridas pela Campanha da Fraternidade de 2004 da CNBB.

Senhora Presidente:

A Campanha da Fraternidade de 2004, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, teve como tema “Fraternidade e Água”. Da Campanha, resultou documento em que são sugeridas várias alterações nos fundamentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, estabelecida pela Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. O documento, apoiado por abaixo-assinado, foi encaminhado à Câmara dos Deputados e distribuído à Comissão de Legislação Participativa para avaliação.

Como se trata de tema de extrema relevância para o futuro do País e a legislação que regula a gestão de recursos hídricos no Brasil é recente, estando ainda em implantação e consolidação a Política Nacional de Recursos Hídricos, julgamos conveniente melhor discuti-lo antes de transformar as sugestões da CNBB em projeto de lei.

Assim, requeiro a V. Exa., nos termos dos artigos 117, inciso VIII, e 255 do Regimento Interno, que, ouvido o Plenário, seja realizada reunião de audiência pública nesta Comissão para discutir as sugestões da Campanha da Fraternidade de 2004, da CNBB, de alterações na Lei nº 9.433/1997. Sugerimos que sejam

convidados, como expositores, para a audiência pública os seguintes especialistas e autoridades:

- Dr. João Bosco Senra, Secretário Executivo de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente e do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH, para expor sobre a composição do CNRH e sua atuação na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos;

- Dr. José Machado, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas – ANA, para expor sobre o estágio de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, com ênfase nos mecanismos de outorga de direito de uso de recursos hídricos;

- Dr. Miguel Antonio Cedraz Nery, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral, do Ministério de Minas e Energia, para expor sobre o processo de outorga de direito de lavra e o controle da exploração de água mineral no Brasil;

- representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, para expor sobre as alterações na legislação brasileira de recursos hídricos sugeridas pela Campanha da Fraternidade de 2004;

- Dr. José de Sena Pereira Jr., Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados, para expor sobre os recursos hídricos na Constituição e na legislação federal brasileira.

- Dr. Carlos Alberto Lancia da Associação Brasileira da Indústria de Águas Minerais – ABINAM, para descrever sobre o mercado nacional de águas minerais e seu potencial de exportação.

Sala das Sessões, em de de 2005.

Deputada Luiza Erundina